

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2011
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Ativo Circulante		15.230.845	11.801.535	Passivo Circulante		18.591.296	10.103.227
Disponibilidades	4	77.477	63.229	Depósitos		18.135.206	10.003.355
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.d	5.005.563	7.217.225	Depósitos à Vista		2.699	115
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.005.563	7.217.225	Depósitos Interfinanceiros	14.d	18.132.507	10.003.240
Relações Interfinanceiras	5	2.218.702	-	Outras Obrigações		456.090	99.872
Depósitos no Banco Central		2.218.702	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.457	3.995
Operações de Crédito	6	6.217.239	3.303.412	Sociais e Estatutárias		69.950	12.803
Sector Privado		6.390.308	3.495.702	Fiscais e Previdenciárias	10	262.409	12.370
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(173.069)	(192.290)	Diversas	11	118.274	70.704
Outros Créditos		1.694.827	1.147.696	Passivo Exigível a Longo Prazo		8.990.502	11.788.742
Rendas a Receber		2.084	2.216	Depósitos		8.910.487	11.635.972
Créditos Tributários	7	311.766	235.656	Depósitos Interfinanceiros	14.d	8.910.487	11.635.972
Diversos	8	1.397.049	919.941	Outras Obrigações		80.015	152.770
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(16.072)	(10.117)	Fiscais e Previdenciárias	10	31.662	85.292
Outros Valores e Bens		17.037	69.973	Diversas	11	48.353	67.478
Outros Valores e Bens		-	341	Patrimônio Líquido		13	956.550
Despesas Antecipadas		17.037	69.632	Capital Social:			
Ativo Realizável a Longo Prazo		13.259.160	10.756.599	De Domiciliados no País		726.561	726.561
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.d	4.054.855	4.170.333	Reservas de Lucros		229.989	4.153
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.054.855	4.170.333	Prejuízos Acumulados		-	(45.254)
Operações de Crédito	6	8.338.070	5.831.962	Total do Passivo		28.538.348	22.577.429
Sector Privado		8.632.481	6.115.326				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(294.411)	(283.364)				
Outros Créditos		785.663	700.624				
Créditos Tributários	7	561.314	596.434				
Diversos	8	258.185	124.247				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(33.836)	(20.057)				
Outros Valores e Bens		80.572	53.680				
Despesas Antecipadas		80.572	53.680				
Permanente	9.a	48.343	19.295				
Imobilizado de Uso		20.508	9.665				
Outras Imobilizações de Uso		46.172	32.409				
(Depreciações Acumuladas)		(25.664)	(22.744)				
Intangível	9.b	27.835	9.630				
Ativos Intangíveis		35.679	15.237				
(Amortizações Acumuladas)		(7.844)	(5.607)				
Total do Ativo		28.538.348	22.577.429				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	726.561	518	3.635	(107.772)	622.942
Lucro Líquido	-	-	-	62.518	62.518
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	726.561	518	3.635	(45.254)	685.460
Lucro Líquido	-	-	-	340.691	340.691
Destinações:					
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	(40.770)	(40.770)
Dividendos	13.b	-	-	(28.831)	(28.831)
Reserva Legal		-	14.772	(14.772)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	(105.532)	(105.532)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	(105.532)	(105.532)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	726.561	15.290	214.699	-	956.550
Saldos em 30 de Junho de 2010	726.561	7.334	133.144	-	867.039
Lucro Líquido	-	-	-	159.112	159.112
Destinações:					
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	(40.770)	(40.770)
Dividendos	13.b	-	-	(28.831)	(28.831)
Reserva Legal		-	7.956	(7.956)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	40.777	40.777
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	(40.778)	(40.778)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	726.561	15.290	214.699	-	956.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), teve seu objeto social alterado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 26 de outubro de 2009, a fim de incluir a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimos em geral, bem como suas atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. Desta forma, seu objeto inclui, mas não se limita ao financiamento de capital de giro e aquisição de bens e serviços. É uma instituição, cujas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos - Circulante e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

e) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

e.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados - 20%.

e.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

f.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

f.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

f.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes a valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

De acordo com a legislação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

h) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010, são representados por disponibilidades de R\$77.477 (2009 - R\$63.229) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$26.511 (2009 - R\$2.113.278).

5. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre recursos a prazo e adicional sobre depósitos.

6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	2010	2009
Operações de Crédito	15.022.789	9.611.028
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽¹⁾	42.845	79.013
Financiamentos ⁽¹⁾	14.979.944	9.532.015
Outros Créditos	1.420.899	992.279
Títulos e Créditos a Receber ^{(1) (2)} (nota 8)	1.420.899	992.279
Total	16.443.688	10.603.307
Circulante	7.778.538	4.405.967
Longo Prazo	8.665.150	6.197.340

⁽¹⁾ Em agosto de 2009, foram cedidos créditos sem coobrigação no montante de R\$189.321. O resultado apurado na cessão foi de R\$5.225.

⁽²⁾ Referem-se a créditos adquiridos de lojistas.

b) Carteira por Vencimento

	2010	2009
Vencidas	291.752	267.686
A Vencer:		
Até 3 Meses	2.721.088	1.920.509
De 3 a 12 Meses	5.057.450	2.485.458
Acima de 12 Meses	8.373.398	5.929.654
Total	16.443.688	10.603.307

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	2010	2009
Setor Privado		
Indústria	59.825	46.362
Comércio	512.369	354.733
Instituições Financeiras	2.184	2.887
Serviços e Outros	527.947	433.388
Pessoas Físicas	15.341.363	9.765.937
Total	16.443.688	10.603.307

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos		Provisão Requerida	
		2010	2009	2010	2009
AA	-	144.562	-	144.562	80.280
A	0,5%	14.004.868	-	14.004.868	8.648.332
B	1%	369.106	671.217	1.040.323	669.841
C	3%	84.959	453.402	538.361	16.151
D	10%	1.245	184.423	185.668	140.065
E	30%	1.295	116.928	118.223	87.303
F	50%	788	82.317	83.105	72.091
G	70%	508	61.763	62.271	60.953
H	100%	3.336	262.971	266.307	305.482
Total		14.610.667	1.833.021	16.443.688	10.603.307
Provisão Adicional ⁽²⁾				15.327	490.501
Provisão Total				517.388	505.828

⁽¹⁾ Inclui parcelas vincendas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2010	2009
Saldo Inicial	505.828	629.193
Constituições	609.720	449.423
Baixas	(598.160)	(572.788)
Saldo Final	517.388	505.828
Circulante	189.141	202.407
Longo Prazo	328.247	303.421
Créditos Recuperados no Período ⁽¹⁾	66.794	120.643

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação, relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$788 (2009 -



Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. O principal processo é:

PIS e Cofins - R\$173.793 (2009 - R\$85.070): interpôs medida judicial com vistas a afastar a redação do art. 3, § 1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

e) Contingências Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Contingências Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é composto por 287.706.670 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em dezembro de 2010, foram provisionados dividendos no montante de R\$28.831 (R\$0,10021 em reais por lote de mil ações) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2010.

Em 28 de dezembro de 2010, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$40.770 (R\$34.655, líquido do imposto de renda, correspondendo ao valor de R\$0,12045 em reais por lote de mil ações) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2010.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Instituição e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizado para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

14. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, é aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores. Para o ano de 2010 foi determinado o valor máximo de R\$10 (2009 - R\$10), além disso é fixada verba destinada a custear Planos de Aposentadoria Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador da Aymoré CFI, e em reunião o Conselho de Administração do Banco Santander decide como distribuir a remuneração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social do Banco Santander.

A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2010 e 2009 não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Aymoré CFI, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Aymoré CFI;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 287.706.670 mil ações, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade. Os principais saldos e resultados de transações são:

	2010		2009	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	77.248	-	62.997	-
Banco Santander	77.248	-	62.997	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.060.418	1.012.853	11.387.558	724.792
Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) ⁽¹⁾	-	-	-	194.167
Banco Santander	9.060.418	1.012.853	11.387.558	530.625
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	1.350	7.838	945	11.612
Banco Santander	-	-	459	-
ABN AMRO Real Arrendamento Mercantil S.A. ⁽²⁾	-	-	-	2.561
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	266	443	-	727
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	1.051	6.327	218	6.134
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	33	1.068	263	2.190
Webmotors S.A.	-	-	5	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(63.485)	-	-	-
Banco Santander	(63.485)	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	(27.042.994)	(2.489.155)	(21.639.212)	(1.800.147)
Banco Real ⁽¹⁾	-	-	-	(482.644)
Banco Santander	(20.066.803)	(1.869.827)	(15.282.350)	(1.060.641)
Santander Leasing	(6.976.191)	(619.328)	(6.356.862)	(256.862)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(95)	(107.885)	(92)	(41.877)
Banco Real ⁽¹⁾	-	(107.885)	-	(27.498)
Banco Santander	-	-	-	(14.375)
Banco Santander, S.A. Espanha (Banco Santander Espanha)	(95)	-	(92)	-
Universia Brasil S.A.	-	-	-	(4)

⁽¹⁾ Incorporado pelo Banco Santander em 30 de abril de 2009.

⁽²⁾ Incorporado pela Santander Leasing em 30 de setembro de 2009.

15. Rendas de Tarifas Bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro relacionadas a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e outras informações necessárias as operações de crédito.

16. Outras Receitas Operacionais

	2010	2009
Reversão de Outras Provisões Operacionais	27.254	301
Atualização de Depósitos Judiciais - Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	1.044	1.857
Recuperação de Encargos e Despesas	41.983	53.048
Outras	2.417	138
Total	72.698	55.344

17. Outras Despesas Operacionais

	2010	2009
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 12.c)	307	222
Trabalhistas (Nota 12.c)	16.109	4.367
Cíveis (Nota 12.c)	21.003	23.685
Outras	37.485	37.617
Gastos com Contratos em Atraso	20.806	111.960
Comissões	12.408	
Despesas com Serasa/SPC	7.450	7.036
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	10.718	4.784
Outras	19.495	25.921
Total	145.781	215.592

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2010	2009
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	552.600	116.594
Participações no Lucro	(49.204)	(20.079)
Juros sobre o Capital Próprio	(40.770)	-
Resultado antes dos Impostos	462.626	96.515
Encargo Total dos Impostos de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(185.050)	(38.606)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(5.632)	(84)
Efeito do Diferencial de Alíquota de 9% ⁽¹⁾	28.392	5.538
Demais Ajustes	(415)	(845)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(162.705)	(33.997)

⁽¹⁾ Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a MP 413 (convertida na Lei 11.727/2008) que, entre outras medidas, determina a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% para instituições financeiras. A MP produziu efeito a partir de 1 de maio de 2008.

19. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, o plano SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), Plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Em 12 de janeiro de 2010, o Conselho Deliberativo e na Reunião dos Patrocinadores, aprovaram a alteração da denominação Social da Sociedade de HolandaPrevi - Sociedade de Previdência Privada para SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada, cujo processo foi aprovado em 7 de julho de 2010 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 2010, os valores apropriados ao plano de contribuição definida foi de R\$82.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram: Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 10,7% (2009 - 11,1%); Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano: 10,8% (2009 - 9,7%); Taxa estimada de inflação no longo prazo; 4,4% (2009 - 4,2%); Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 4,9% (2009 - 4,7%).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$175 (2009 - R\$267) para o Programa Global e R\$107 para o Programa Local.

20. Outras Informações

a) As instituições integrantes do Conglomerado Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

b) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander no Valor Econômico e no Doesp - Diário Oficial do Estado de São Paulo em 4 de fevereiro de 2010.

DIRETORIA

Diretor Presidente - Luís Felix Cardamone Neto

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
Angel Oscar Agallano

Carlos Alberto López Galán
Fernando Byington Egidio Martins
Gustavo José Costa Roxo da Fonseca

José de Paiva Ferreira
José de Menezes Berenguer Neto
Luiz Felipe Taunay Ferreira

Oscar Rodriguez Herrero
Pedro Paulo Longuini

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos seus controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Aos Administradores e Acionistas da

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2011, exceto quanto à nota nº 20. b) às demonstrações financeiras, para a qual a data é 4 de fevereiro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8